



**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**A POLÍTICA DE  
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO**

**MAIO/2008**

## Conselho do IEDI

Abraham Kasinski <i>Sócio Emérito</i>	Josué Christiano Gomes da Silva <i>Presidente do Conselho</i>
Amarílio Proença de Macêdo	Lirio Albino Parisotto
Andrea Matarazzo	Luiz Alberto Garcia
Antonio Marcos Moraes Barros	Marcelo Bahia Odebrecht
Benjamin Steinbruch	Miguel Abuhab
Carlos Antônio Tilkian	Olavo Monteiro de Carvalho
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Carlos Mariani Bittencourt	Paulo Setúbal Neto
Carlos Pires Oliveira Dias	Pedro Eberhardt
Claudio Bardella	Pedro Franco Piva
Daniel Feffer	Pedro Grendene Bartelle
Décio da Silva	Pedro Luiz Barreiros Passos
Eugênio Emílio Staub	Rinaldo Campos Soares
Flávio Gurgel Rocha	Robert Max Mangels
Francisco Amaury Olsen	Roberto de Rezende Barbosa
Ivo Rosset	Roger Agnelli
Ivocy Brochmann Ioschpe	Salo Davi Seibel
Jacks Rabinovich	Thomas Bier Herrmann
Jorge Gerdau Johannpeter	Victório Carlos De Marchi
José Antonio Fernandes Martins	Walter Fontana Filho
José Roberto Ermírio de Moraes <i>Diretor Geral</i>	

Hugo Miguel Etchenique  
*Membro Colaborador*

Paulo Diederichsen Villares  
*Membro Colaborador*

Paulo Francini  
*Membro Colaborador*

Roberto Caiuby Vidigal  
*Membro Colaborador*

# A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO<sup>1</sup>

<b>I. Principais Conclusões e Sugestões .....</b>	<b>1</b>
<b>II. Objetivos e Linhas Gerais da PDP.....</b>	<b>4</b>
Programas .....	4
Setores.....	5
Coordenação e Gestão .....	5
<b>III. Macrometas.....</b>	<b>7</b>
<b>IV. Medidas, Segundo as Macrometas.....</b>	<b>8</b>
Ampliar a participação do investimento no PIB.....	8
Elevar a participação de P&D no PIB .....	9
Aumentar a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais.	10
Aumento do número de MPEs Exportadoras .....	11
<b>V. Uma Avaliação da PDP.....</b>	<b>13</b>
Abrangência, Metodologia e Gestão.....	13
Mecanismos de Incentivo/Apoio .....	14
<b>Anexo – Setores da PDP.....</b>	<b>20</b>

---

<sup>1</sup> Trabalho preparado por Julio Gomes de Almeida.

## A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

### I. Principais Conclusões e Sugestões

A nova política industrial (a “Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP”) anunciada no dia 12 de maio estabeleceu como objetivo central dar sustentabilidade à expansão da economia e tem como objetivos particulares incentivar e ampliar os investimentos produtivos, elevar as taxas de crescimento da economia brasileira e permitir que tal crescimento se dê em bases sustentáveis. Definiu como desafios a ampliação da capacidade de oferta na economia, a elevação da capacidade de inovação das empresas, a preservação da robustez do balanço de pagamentos e o fortalecimento das MPE. Em linhas gerais, a Política inclui renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões até 2011 com incentivos ao investimento, P&D e exportações, e financiamentos, pelo BNDES, no valor de R\$ 210,4 bilhões para projetos de ampliação, modernização e de inovação na indústria e no setor de serviços. Programas da Finep complementam os esforços em P&D.

Com relação à política da primeira metade do atual governo (a “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE”), que foi muito limitada, abrangendo apenas quatro setores (software, bens de capital, fármacos e componentes eletrônicos), a formulação atual é mais ampla em termos de seus instrumentos de ação e é muito mais abrangente quanto ao número de setores envolvidos, já que atribui prioridade a vinte e cinco setores. Em linhas gerais, a nova política industrial inclui uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões até 2011 e financiamentos, pelo BNDES, no valor de R\$ 210,4 bilhões para projetos de ampliação, modernização e de inovação na indústria e no setor de serviços. Programas da Finep complementam os esforços em P&D.

É positiva a preocupação da PDP com a coordenação das ações e capacidade de decisões já que é imprescindível que uma política como esta, cujo alcance é de longo prazo, não fique comprometida por falta de decisão e coordenação das iniciativas que, necessariamente, envolvem várias áreas de governo. O sistema de gestão do PDP precisa ser testado na prática, mas parece adequado: caberá ao MDIC a coordenação geral do programa que contará com uma Secretaria Executiva (formada pela ABDI, BNDES e Ministério da Fazenda). Para todos os programas serão constituídos Comitês-Executivos. A PDP terá um Conselho Gestor a nível ministerial, presidido pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e mais os Ministérios envolvidos (Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Ciência e Tecnologia) que prestará contas ao CNDI, este servindo como instância de articulação entre os setores público e privado e como fórum superior de debate, aperfeiçoamento e monitoramento da política industrial.

Quanto aos mecanismos de incentivo/apoio utilizados pela nova política industrial, cabe observar que um instrumento fundamental de política utilizado nos principais países que já alcançaram o desenvolvimento e entre aqueles que almejam ampliar o seu desenvolvimento, mas que a despeito de ter sido contemplado na PDP, não foi detalhado em termos da sistemática a ser utilizada em sua implementação, recursos envolvidos e segmentos priorizados. O instrumento em pauta é o de Compras Governamentais. Uma menção ao programa de compras de embarcações pela Petrobrás foi feita, mas espera-se uma abrangência muito maior na utilização desse instrumento, por exemplo, envolvendo os gastos em setores onde é muito elevado o investimento social feito pelo setor público, como Saúde e Educação.

Quanto aos demais instrumentos adotados pela PDP, deve ser destacado, em primeiro lugar, que as desonerações previstas no PDP para o investimento contribuem para a realização de novas inversões por parte do setor produtivo e auxiliarão na ampliação da oferta de bens industriais e na elevação da taxa de investimento da economia. Nessa área, no entanto, a medida de desoneração fiscal nova capaz de dar um relevante impulso adicional ao investimento é a depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do prazo normal. O problema associado a esta medida é que ela foi limitada à compra de máquinas e equipamentos para apenas dois dentre os 25 setores priorizados na nova política industrial: fabricação de bens de capital, automóveis e autopeças.

As ações para apoiar o financiamento dos investimentos são também relevantes, contribuindo para a realização de investimentos na economia. Um mecanismo novo de financiamento introduzido pela PDP é o fundo soberano para o Brasil, que, segundo o governo será formado com recursos do superávit primário. Os demais instrumentos são conhecidos, mas tiveram significativa ampliação, cabendo destacar os seguintes pontos:

- 1) Mais uma rodada de redução do custo do financiamento de longo prazo terá lugar com as novas medidas anunciadas de eliminação da incidência de IOF instituído em janeiro (alíquota de 0,38%) sobre as operações de crédito do BNDES e Finep e de redução de 20% no spread básico das linhas do BNDES (redução de 1,4% para 1,1% ao ano) e de 40% para bens de capital (redução de 1,5% ao ano para 0,9% ao ano).
- 2) O aumento de cinco para dez anos do prazo dos financiamentos da aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME) pela indústria constitui um incentivo expressivo para a ampliação da capacidade produtiva da economia e para a modernização empresarial, auxiliando no crescimento da produtividade industrial.

Além dessas medidas, uma ação importante prevista na PDP na área do crédito ao investimento é a que prevê um volume de financiamentos do BNDES para o período de 2008 a 2010 de R\$ 210,4 bilhões para os setores da indústria e serviços, com média anual de R\$ 70,1 bilhões. Para se ter idéia, os desembolsos do BNDES em 2007 para a indústria somaram R\$ 25,6 bilhões e R\$ 7,8 bilhões para o setor de serviços, totalizando R\$ 33,4 bilhões. Ou seja, para esses setores a política industrial levará a um crescimento acima de 100% nos financiamentos, o que demandará uma evolução correspondente das fontes de recursos do BNDES. Portanto, será necessária uma mobilização do governo e do próprio BNDES para a complementação das fontes de recursos da instituição de fomento.

As medidas de apoio e de incentivo a pesquisa e desenvolvimento e inovação previstas pelo PDP são arrojadas no campo do financiamento e, em termos de incentivo fiscal, são contempladas com o mais completo benefício da depreciação acelerada. Com efeito, a PDP autoriza a depreciação imediata (no próprio exercício de aquisição) dos investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. A continuidade dos programas da Finep em financiamento e subvenção e os esforços adicionais do BNDES em ampliar recursos de seus novos programas para inovação com taxas de juros muito baixas (taxa real zero ou da ordem de 1 a 2% ao ano) devem ser considerados incentivos capazes de promover uma atividade de risco e que, salvo exceções muito honrosas, não é da tradição até o momento da empresa nacional. A nova linha do BNDES que contempla investimentos em ativos intangíveis é uma positiva novidade em termos de operações do banco de desenvolvimento, pois amplia o conceito de inovação para além da fronteira tecnológica, que, sem dúvida, é um dos principais promotores do

processo de inovação, senão o principal, mas não o único. Técnicos e instituições, como o IEDI, vinham sugerindo ao BNDES o desenvolvimento de uma linha de financiamento com essas características.

Quanto ao bloco de medidas diretamente relacionado aos incentivos à exportação, este não está no nível dos demais em termos de impacto positivo esperado, em parte porque a trava mais destacada em termos da exportação de manufaturados não é da alçada de uma política industrial. O câmbio apreciado, como se sabe, já determina um retrocesso expressivo nas vendas externas de bens industrializados, que nesse ano registram redução em volume. Por outro lado, o principal encarecimento fiscal da atividade exportadora, a retenção do ICMS dos exportadores, tampouco foi uma questão tratada no âmbito da PDP por corresponder a uma esfera atinente ao nível dos governos estaduais. O IEDI tem se pronunciado sobre a necessidade de um maior equilíbrio entre as políticas macroeconômicas de forma a não sacrificar tão fortemente, como vem ocorrendo, a competitividade do produto nacional e vem recomendando que o governo federal lidere e promova um processo que leve à solução dos estoques e dos fluxos de ICMS dos exportadores retidos pelos estados. Ambas as ações são importantes pré-requisitos de uma eficaz política de exportação de manufaturados.

Finalmente, um comentário sobre um ponto que foi mal dimensionado pela PDP. Não é justificável uma concentração tão significativa dos incentivos. Tomando as estimativas do Ministério da Fazenda do valor dos incentivos setoriais previstos para os setores da indústria (Setor Automotivo, Bens de Capital, Setores Intensivos em Trabalho, Construção Naval) e Serviços (Software), cujo total monta a R\$ 6,1 bilhões, não é razoável que um único setor absorva mais de metade dos incentivos. Esse ponto deverá ser objeto de revisão da PDP.

## II. Objetivos e Linhas Gerais da PDP

A Política de Desenvolvimento Produtivo anunciada no dia 12 de maio estabeleceu como objetivo central dar sustentabilidade à expansão da economia e definiu como objetivos particulares incentivar e ampliar os investimentos produtivos, elevar as taxas de crescimento da economia brasileira e permitir que tal crescimento se dê em bases sustentáveis. Definiu como desafios a ampliação da capacidade de oferta na economia, a elevação da capacidade de inovação das empresas, a preservação da robustez do balanço de pagamentos e o fortalecimento das MPE. Em linhas gerais, a Política inclui renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões até 2011 com incentivos ao investimento, P&D e exportações, e financiamentos, pelo BNDES, no valor de R\$ 210,4 bilhões para projetos de ampliação, modernização e de inovação na indústria e no setor de serviços. Programas da Finep complementam os esforços em P&D.

<b>Objetivo central da política</b>	<b>Dar sustentabilidade do atual ciclo de expansão</b>				
Desafios	Ampliar capacidade de oferta	Preservar robustez do Balanço de Pagamentos	Elevar capacidade de inovação	Fortalecer MPES	
Metas	Macrometas 2010				
	Aumento da Taxa de investimento	Ampliação da participação das exportações Brasileiras no comércio mundial	Elevação do dispêndio provado em P&D	Ampliação do número de MPES exportadoras	
	Metas por programas específicos				
Políticas em 3 níveis	Ações Sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva				
	Destaques Estratégicos: temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão de sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no Longo prazo				
	Regionalização	MPES	Exportações	Integração com América Latina e África	Produção Sustentável
	Programas Estruturantes para sistemas produtivos: orientados por objetivos estratégicos tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica				

### Programas

A Política de Desenvolvimento Produtivo traz cinco programas estratégicos mais globais, chamados de Programas para Destaques Estratégicos, os quais tratam de questões que se julgam fundamentais para desenvolver a indústria e o País, perpassando diversos complexos produtivos.

1. Ampliação das exportações. Regulamentação das Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, a ampliação do financiamento do BNDES às exportações dos setores intensivos em mão-de-obra, por meio do Novo Revitaliza, e o aperfeiçoamento dos Programas de Financiamento às Exportações (PROEX Equalização e PROEX Financiamento).

2. Fortalecimento das micro e pequenas empresas. Regulamentação da Lei Geral das MPEs, fortalecimento de atividades coletivas e fomento de atividades inovativas.
3. Regionalização. Articulação à Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais e promoção de atividades produtivas no entorno de projetos industriais e de infraestrutura. Uma de suas metas é ampliar a participação dos financiamentos do BNDES à Região Nordeste até 2010.
4. Integração produtiva com a América Latina e África. Aumentar a articulação das cadeias produtivas e elevar o comércio com essa região, buscando ampliar a escala e a produtividade da indústria doméstica; aprofundar as relações históricas do Brasil com o continente africano.
5. Produção Sustentável. O desenvolvimento produtivo deverá ser combinado com a redução de impactos ambientais e com a exploração de oportunidades criadas pelas tecnologias limpas.

## **Setores**

O PDP também estabeleceu programas para 25 setores, agrupados em três blocos:

1. Programas para Fortalecer a Competitividade: Bens de Capital Seriadados, Bens de Capital sob Encomenda, Complexo Automotivo, Complexo de Serviços, Construção Civil, Couro, Calçados e Artefatos, Indústria Aeronáutica, Indústria Naval, Madeira e Móveis, Plásticos, Sistema Agroindustrial, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.
2. Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas: Nanotecnologia, Biotecnologia, Complexo da Defesa, Complexo Industrial da Saúde, Energia, Tecnologias de Informação e Comunicação.
3. Programas para Consolidar e Expandir a Liderança: Celulose, Mineração, Siderurgia, Indústria Têxtil, Confecções, Carnes.

Os quadros do Anexo reproduzem os setores contemplados no PDP, o motivo geral de sua seleção, uma breve exposição de sua situação atual, as metas e os desafios para cada um deles, bem como o órgão responsável pela gestão do programa.

## **Coordenação e Gestão**

Um ponto muito relevante da PDP é a atenção que confere à coordenação e gestão dos programas, dados os objetivos de integrar as ações governamentais de forma eficiente e viabilizar uma interlocução sistemática e produtiva com o setor privado. No nível intragovernamental, a Coordenação Geral da Política caberá ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, que contará com o apoio de uma Secretaria-Executiva, formada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, BNDES e Ministério da Fazenda.

Para promover a articulação entre a PDP e ações sistêmicas de governo, a estrutura de governança da Política prevê um Conselho Gestor, presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda - MF; Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; e Ciência e Tecnologia - MCT. Complementarmente, a Câmara de Política Econômica - CPE atuará como instância de formulação e proposição de iniciativas, segundo suas atribuições institucionais.

		<b>CDI</b>		
		<b>MDIC</b>		<b>Casa Civil, MF, MPOG, MCT</b>
		<b>Coordenação Geral</b>		<b>Conselho Gestor</b>
		<b>ABDI, BNDS, MF</b>		
		<b>Secretária Executiva</b>		
Destaques Estratégicos	Programas Mobilizadores	Programas para o fortalecimento da competitividade	Programas para consolidar e expandir liderança	Ações Sistêmicas
Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: Casa Civil
5 programas	6 programas	12 Programas	7 programas	

Para todos os programas foram constituídos Comitês-Executivos, compostos por representantes dos órgãos de governo afetos ao tema ou sistema produtivo, definindo-se, em cada caso, a instituição gestora e o técnico responsável pela coordenação das ações previstas. As funções desses Comitês são fortalecer a articulação intragovernamental, assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, dar suporte à coordenação geral no monitoramento de resultados e encaminhar aperfeiçoamentos em seus respectivos programas. Bimestralmente, os Comitês prestarão contas à Coordenação da PDP.

O monitoramento programático da Política se dará por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos – SGP. Para promover a articulação entre os setores público e privado, caberá ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI atuar como instância superior de debate, aperfeiçoamento, validação e monitoramento da Política, analisando a evolução dos programas, indicando possíveis realinhamentos, e identificando oportunidades para novos programas e iniciativas. A cada seis meses, o Conselho Gestor prestará contas ao CNDI. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, também será consultado e informado, periodicamente.

Ao mesmo tempo, serão fortalecidos e aprimorados os demais mecanismos de interlocução existentes, como os fóruns de competitividade, as câmaras de desenvolvimento, as câmaras setoriais, as câmaras temáticas e os grupos de trabalho. Outra instância de articulação público-privada são os Planos Estratégicos Setoriais - PES, desenvolvidos pela ABDI, em parceria com representantes dos setores público e privado, em seus respectivos comitês gestores.

### III. Macrometas

A Política de Desenvolvimento Produtivo estabelece quatro macrometas a serem atingidas em 2010:

1. Ampliar a participação do *investimento* no PIB: de 17,6% em 2007 (R\$ 450 bilhões) para 21% em 2010 (R\$ 620 bilhões), o que representa um crescimento anual médio de 11,3% entre 2008-2010;
2. Estimular a *inovação* ao elevar a participação dos gastos privados de P&D no PIB: de 0,51% em 2005 (R\$ 11,5 bilhões) para 0,65% em 2010 (R\$ 18,2 bilhões), alcançando um crescimento anual médio de 9,8% entre 2007-2010;
3. Aumentar a participação das *exportações* brasileiras no total das exportações mundiais: de 1,18% em 2007 (R\$ 160,6 bilhões) para 1,25% em 2010 (R\$ 208,8 bilhões), um crescimento anual médio de 9,1% entre 2007-2010;
4. Aumento do número de *MPEs Exportadoras*: aumento de 10% em relação às 11.792 de MPEs existentes em 2006, ou ainda, 12.971 MPEs exportadoras em 2010.

A fim de que as macrometas sejam atingidas, no que cabe ao governo, serão utilizados quatro instrumentos específicos:

- ✓ Instrumentos de incentivo: crédito e financiamento, capital de risco e incentivos fiscais;
- ✓ Poder de compra governamental: compras da administração direta e de empresas estatais (Compras Petrobras, p.ex.);
- ✓ Instrumentos de regulação: técnica, sanitária, econômica e concorrencial (ANS/MS – CMED: Regulação Preços);
- ✓ Apoio técnico: certificação e metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial e de recursos humanos, coordenação intragovernamental e articulação com o setor privado (INMETRO: Programa de certificação).

## IV. Medidas, Segundo as Macrometas

Para atender aos objetivos das macrometas foram anunciados os seguintes instrumentos:

### **Ampliar a participação do investimento no PIB**

- ✓ Prorrogação, até 2010, do previsto pela Lei 11.051/2004 (depreciação acelerada em 50% do prazo e crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL);
- ✓ Permitir a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de bens de capital, automóveis e autopeças, em 20% do tempo normal;
- ✓ Redução de prazo de apropriação de créditos de PIS/Cofins derivados da aquisição de bens de capital de 24 para 12 meses;
- ✓ Novo Revitaliza Exportações e Investimento: para os setores intensivos em trabalho, equalização das taxas de juros (7% ao ano) e bônus de adimplência de 20%; R\$ 9 bilhões de 2008 a 2018; prazo do financiamento: até 8 anos, com 3 anos de carência, para investimentos; e até 3 anos, com 1 ano e meio de carência, para exportações;
- ✓ Eliminação da incidência de IOF de 0,38% nas operações de crédito do BNDES, Finame e Finep;
- ✓ Redução do IPI para uma lista de setores de bens de capital a ser divulgada;
- ✓ Ampliação da abrangência do REPORTE (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária) para os segmentos ferroviário, hidroviário e dutoviário (suspensão de PIS, COFINS, II, IPI sobre bens de capital).
- ✓ Aumento dos financiamentos do BNDES, com desembolso total projetado para indústria e serviços entre 2008 e 2010 de R\$ 210,4 bilhões;
- ✓ Redução de 20% no spread básico do conjunto de linhas de financiamento do BNDES, de 1,4% para 1,1% ao ano;
- ✓ Redução de 40% do spread básico de 1,5% ao ano para 0,9% ao ano para linhas de bens de capital;
- ✓ Duplicação do prazo das linhas do Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) para a indústria, de cinco para dez anos;
- ✓ Empenho para redução da taxa de intermediação bancária dos financiamentos do BNDES de 0,8% para 0,5%;
- ✓ Ampliação do prazo de recolhimento do IPI pelo setor automotivo, de decendial para mensal;
- ✓ Criação do Fundo de Garantia para Construção Naval, para garantir o risco de crédito das operações de financiamento ao setor realizadas pelos agentes financeiros credenciados a operar com recursos do Fundo de Marinha Mercante;

- ✓ Equiparar a venda de combustível para navegação de cabotagem à venda de combustível para navegação de longo curso (exportação) para efeito de suspensão de PIS e COFINS;
- ✓ Isenção de IPI e PIS/Cofins na produção de peças a serem utilizadas na construção de estaleiros nacionais.

### **Elevar a participação de P&D no PIB**

- ✓ Nova linha capital inovador do BNDES, com recursos de R\$ 6 bilhões para empresas que invistam em capacitação, engenharia e ativos intangíveis (bens não-físicos, como tecnologia, transparência e conhecimento). Juros equivalentes à TJLP (6,25% a.a. atualmente);
- ✓ Nova linha inovação tecnológica do BNDES para apoiar projetos de pesquisa em desenvolvimento e inovação, com juros especiais de 4,5% ao ano;
- ✓ Destinação de R\$ 1 bilhão, de 2007 a 2010, nos financiamentos do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft, BNDES);
- ✓ Mudança de foco no Fundo Tecnológico (Funtec), do BNDES, em 2008 para financiar investimentos em saúde, energias renováveis e redução de emissões de gases.
- ✓ Financiamento do Finep de R\$ 740 milhões em 2008;
- ✓ Subvenção econômica à inovação no valor de R\$ 325 milhões (Finep);
- ✓ Permitir a depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica;
- ✓ Dedução em dobro, para determinação da base do cálculo do IR e da CSLL, das despesas com programas acelerados de capacitação de pessoal de empresas de software e TI;
- ✓ Empresas de software e TI: Ampliação da definição de empresa preponderantemente exportadora (de 80% para 50% do faturamento) para efeito de suspensão do PIS/COFINS na aquisição de bens de capital;
- ✓ Dedução da base de cálculo do IR e da CSLL dos dispêndios em P&D multiplicados por um fator de até 1,8 para empresas de informática e automação;
- ✓ Permitir que as empresas beneficiárias da Lei nº 8248/1991 (Lei de Informática) e Lei nº 8.387/1991 (Zona Franca de Manaus) possam deduzir no IRPJ e CSLL os dispêndios relativos a pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (dedução prevista na Lei nº 11.196/2005).

## **Aumentar a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais**

- ✓ Proex (Programa de Financiamento às Exportações – Financiamento): ampliação da dotação orçamentária de R\$ 500 milhões para R\$ 1,3 bilhão em 2008; ampliação para R\$ 150 milhões do limite de faturamento das empresas habilitadas a captar recursos do programa (limite atual: R\$ 60 milhões); extensão de prazo de financiamento para os bens dos setores têxtil e confecções, madeira e móveis, calçados e couro;
- ✓ Proex - Programa de Financiamento às Exportações – Equalização: elevação do limite de dispêndio atual com equalização em operações entre empresas de US\$ 10 milhões para US\$ 20 milhões por empresa; ampliação da lista de bens elegíveis pelo programa em operações entre empresas; inclusão do setor automotivo, a partir de janeiro de 2009; extensão do prazo de financiamento para os bens dos setores têxtil e confecções, madeira e móveis, calçados e couro;
- ✓ Ampliação do Drawback Verde Amarelo: suspensão do pagamento de PIS/Cofins na compra de insumos destinados à industrialização de bens exportados;
- ✓ Redução a zero do IR incidente em remessas ao exterior para pagamentos de serviços de logística de exportação;
- ✓ Redução a zero do IR incidente em pagamentos de despesas de promoção comercial associados à exportação de serviços, remetidos ao exterior;
- ✓ Ampliação da abrangência de empresa preponderantemente exportadora, para acesso imediato aos créditos de PIS/COFINS na aquisição de bens de capital (Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP). Para os setores intensivos em mão de obra a “empresa preponderantemente exportadora” fica sendo a que exporta 60% de suas vendas (antes: 80%); para os demais setores, o percentual cai de 80% para 70%;
- ✓ Redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento para até 10% (atualmente é de 20%) e da contribuição para o Sistema S para até zero, de acordo com a participação das exportações no faturamento de empresas do setor de software e de tecnologia de informação;
- ✓ Novo Revitaliza Exportações e Investimento: para os setores intensivos em trabalho, equalização das taxas de juros (7% ao ano) e bônus de adimplência de 20%; R\$ 9 bilhões de 2008 a 2018; prazo do financiamento: até 8 anos, com 3 anos de carência, para investimentos; e até 3 anos, com 1 ano e meio de carência, para exportações;
- ✓ Simplificação operacional do comércio exterior: inclusão do Regime Aduaneiro de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado como possibilidade de extinção do regime aduaneiro especial de Depósito Alfandegário Certificado (DAC);

- ✓ Prioridade para a aprovação do PLS N. 327/2006 que altera o funcionamento dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIA), facilitando a logística das exportações;
- ✓ Criação de fundo soberano para financiar atividades de empresas brasileiras no exterior.

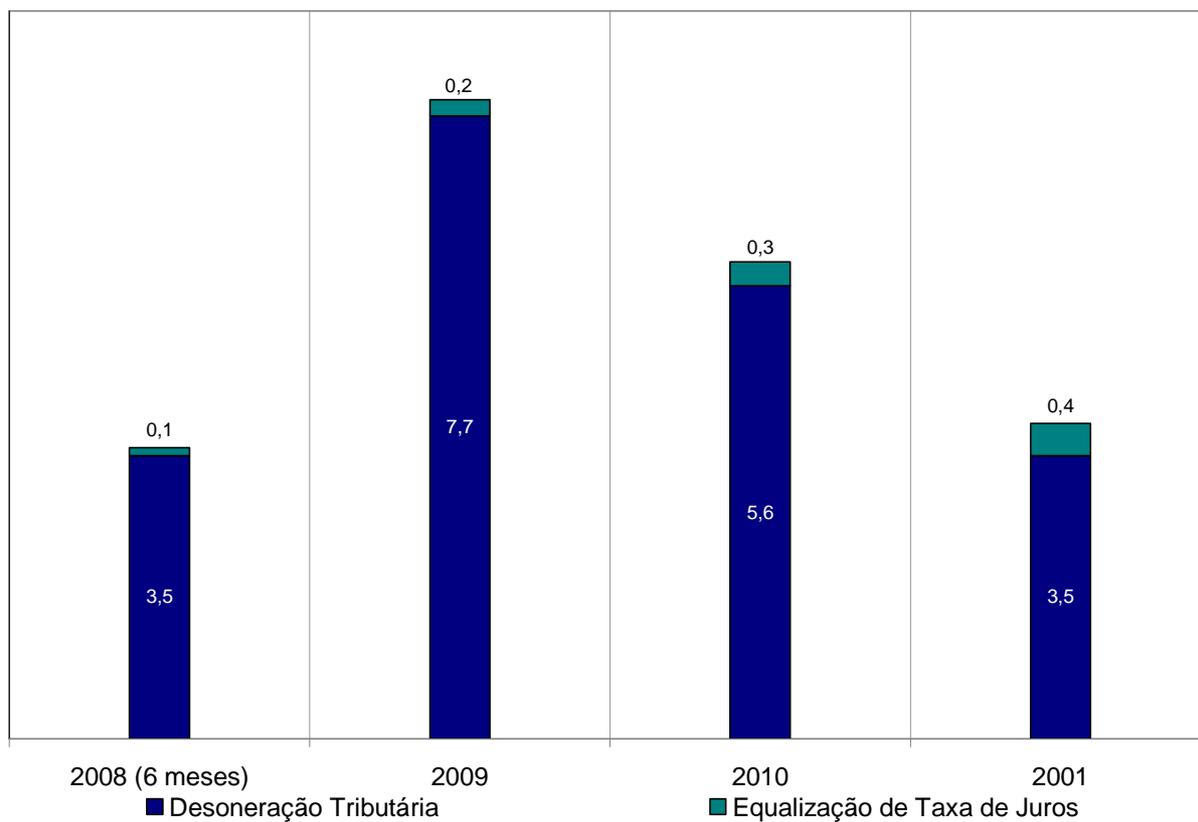
### **Aumento do número de MPEs Exportadoras**

- ✓ Extensão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) a micros, pequenas e médias empresas com exportação anual de até R\$ 1 milhão;
- ✓ Simplificação do registro no SISCOMEX, através do aumento no limite, de US\$ 50 mil para US\$ 300 mil, em que é permitido ao exportador utilizar o procedimento de habilitação na modalidade simplificada;
- ✓ Ampliação de US\$ 20 mil para US\$ 50 mil dos limites da Declaração Simplificada da Exportação (DSE) e do Câmbio Simplificado.

### **Desoneração**

<b>Resumo das principais medidas (estimativas em R\$ milhões)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
Redução do prazo para utilização dos créditos dos PIS/Cofins em BK	2.200	3.774	-	-	<b>5.974</b>
Prorrogação da depreciação acelerada até 2010	-	1.000	2000	-	<b>3.000</b>
Ampliar a abrangência do REPORTO	374	747	747	747	<b>2.615</b>
Ampliação do RECAP	350	700	700	700	<b>2.450</b>
Eliminação da incidência de IOF nas operações de crédito do BNDES e Finep	150	300	300	300	<b>1.050</b>
Redução a zero do IR incidente em despesas com prestação no exterior de serviços de logística de exportação	25	50	50	50	<b>175</b>
Redução a zero do IR incidente na promoção comercial no exterior de serviços prestados por empresas brasileiras	10	20	20	20	<b>70</b>
Depreciação acelerada para o setor automotivo	92	658	1174	1098	<b>3.022</b>
Depreciação acelerada para o setor de bens de capital	33	233	417	390	<b>1.073</b>
Dedução em dobro da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das despesas com capacitação de pessoal próprio das empresas de software	65	130	130	130	<b>455</b>
Suspensão da cobrança de IPI, PIS e Cofins incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de navios novos por estaleiros nacionais	50	100	100	100	<b>350</b>
Ampliação do prazo de recolhimento do IPI pelo setor automotivo	200	-	-	-	<b>200</b>
Reativação do Programa Revitaliza	76	215	340	370	<b>1.001</b>
<b>Total</b>	<b>3.625</b>	<b>7.927</b>	<b>5978</b>	<b>3905</b>	<b>21.435</b>

Valores da Desoneração Fiscal e da Equalização de Taxa de Juros



## V. Uma Avaliação da PDP

### Abrangência, Metodologia e Gestão

Alguns importantes pontos preliminares devem ser abordados antes da apreciação das medidas fiscais e creditícias da política industrial. Primeiramente, a formulação atual é mais abrangente do que foi a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) da primeira metade do atual governo. Esta, formulada em 2004, teve limitações tanto pelo lado dos setores priorizados (apenas quatro: software, bens de capital, fármacos e componentes eletrônicos), quanto pelo lado dos instrumentos utilizados. Mesmo assim, a PITCE apresentou pontos positivos, pois criou programas que colaborarão para impulsionar segmentos importantes da economia (como programas para o financiamento de software e bens de capital e a legislação que instituiu incentivos para a indústria de componentes eletrônicos) e instituições capazes, agora, de colaborar mais intensamente com a política industrial, como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). A primeira é uma instância técnica, de acompanhamento e estudos sobre a indústria e que evoluiu em seus objetivos e nos trabalhos realizados nos últimos anos, habilitando-se para exercer papel de maior relevo na nova política. O segundo é um Conselho que reúne representantes de trabalhadores, empresários e governo e que com a PDP passará a ter funções mais concretas de acompanhamento, opinião, discussão e propostas. Convém ainda destacar que a PITCE foi reintroduziu na agenda de políticas públicas o tema da política de desenvolvimento industrial como um instrumento de desenvolvimento econômico. A PDP se beneficia desses avanços obtidos com a política anterior, mas vai além por apresentar um leque mais diversificado de instrumentos e por ampliar para 25 o número de setores priorizados.

O segundo ponto diz respeito à adoção pela nova política industrial do procedimento ideal para nortear as ações de uma política dessa natureza. A ênfase recai sobre os instrumentos ditos horizontais, afetando o conjunto dos setores da indústria, porém sendo levados em conta os objetivos setoriais, o que pode redundar, em regime de exceção e não como regra, na adoção de medidas específicas para certos segmentos. Para o IEDI as medidas específicas sempre que possível devem ser datadas no tempo, ou seja, com data de início de vigência e de término para os eventuais benefícios ou incentivos. Aplicação de políticas essencialmente horizontais – como as políticas gerais de desoneração do investimento, redução do custo do financiamento de inversões, incentivos ao P&D e às exportações adotadas pela PDP –, considerando, porém, diferenças e objetivos distintos entre os setores, é uma metodologia correta para a política industrial que, de uma forma geral, a PDP seguiu. Algumas exceções a essa regra poderão ser minimizadas ou corrigidas na seqüência da execução da nova política industrial.

Da mesma forma, o número de setores priorizados poderá ser ampliado a partir do número inicial (25 setores, como já foi mencionado), de acordo com condições definidas de antemão pela PDP. Uma eventual inclusão deverá seguir os seguintes passos: caracterização do sistema produtivo; identificação de gargalos que afetam o desempenho do setor; proposição de medida e definição de metas; definição de indicadores e cronograma para monitoramento; definição de contrapartidas do setor privado e contratualização de responsabilidades. A definição prévia de uma metodologia para inclusão de novas prioridades setoriais é positiva, pois é sempre possível a ocorrência de omissões ou podem se apresentar necessidades de adaptações de uma política cujo alcance é de médio e longo prazo.

Outro ponto é atinente à coordenação e gestão do programa. É imprescindível que a Política de Desenvolvimento Produtivo não seja comprometida por falta de decisão e coordenação das iniciativas, que, pelas características de uma política industrial, necessariamente abrangem várias áreas de governo. Uma política como esta também leva a inevitáveis adaptações ou mudanças em seus programas, sendo necessários um sistema eficaz de acompanhamento e uma gestão adequada. Nesse aspecto, a PDP se beneficiou do plano de governo para a área de infra-estrutura, o PAC, que teve precisamente na preocupação com a gestão e na capacidade decisória pontos centrais para sua uma implementação que até o presente vem sendo avaliada de forma positiva. Beneficia-se também, como anteriormente foi mencionado, de iniciativas anteriores, como a criação da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial).

No sistema de gestão da PDP caberá ao MDIC a coordenação geral da PDP, contando com uma Secretaria Executiva formada pela ABDI, BNDES e Ministério da Fazenda. Para todos os programas serão constituídos Comitês-Executivos. A PDP terá um Conselho Gestor a nível ministerial, presidido pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e com a presença dos Ministérios envolvidos (Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Ciência e Tecnologia). O Conselho Gestor prestará contas ao CNDI. Este também servirá como instância para promover a articulação entre os setores público e privado e para atuar como instância superior de debate, aperfeiçoamento, validação e monitoramento da política industrial.

### **Mecanismos de Incentivo/Apoio**

Quanto aos mecanismos de incentivo/apoio utilizados pela nova política industrial, são pertinentes várias outras observações. Uma primeira diz respeito a um instrumento fundamental de política industrial utilizado nos principais países que já alcançaram o desenvolvimento e entre aqueles que almejam ampliar o seu desenvolvimento, mas que a despeito de ter sido contemplado na PDP, não foi detalhado em termos da sistemática a ser utilizada em sua implementação, recursos envolvidos e segmentos priorizados. O instrumento em pauta é o de Compras Governamentais. Uma menção ao programa de compras de embarcações pela Petrobrás foi feita, mas espera-se uma abrangência muito maior na utilização desse instrumento, por exemplo, envolvendo os gastos em setores onde é muito elevado o investimento social feito pelo setor público, como Saúde e Educação.

Os demais instrumentos são comentados a seguir. Para facilitar a análise, as várias ações cuja descrição completa encontra-se no item III foram classificadas em quatro grupos: Investimento/desoneração, Investimento/crédito, P&D e Exportações. Para cada uma delas apenas foram selecionadas as cinco de maior impacto (Ver a seguir as relações para cada grupo).

Investimento / Desoneração. O total de desoneração fiscal prevista na PDP é de R\$ 24,1 bilhões até 2011, valor este que engloba todas as desonerações, para os investimentos, crédito, P&D e exportação. Nesse item são consideradas apenas as desonerações para investimentos. Deve ser destacado que as desonerações previstas contribuem para a realização de novas inversões por parte do setor produtivo e auxiliarão na ampliação da oferta de bens industriais e na elevação da taxa de investimento da economia.

Algumas das ações mais importantes dão seguimento a medidas adotadas anteriormente, como é o caso: 1) do prazo da utilização de créditos de PIS/Cofins na aquisição de bens de capital que vem caindo gradativamente, sendo reduzido para 12 meses pela PDP a partir dos

atuais 24 meses; 2) da prorrogação, até 2010, da depreciação acelerada instituída em 2004 (em 50% do prazo e crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL). Com essas duas medidas, a desoneração monta a R\$ 9 bilhões, segundo estimativa do governo. Assim como no passado recente essas medidas de desoneração das inversões se somaram à queda da TJLP e à redução do spread dos financiamentos do BNDES, servindo de estímulo aos investimentos na economia, as prorrogações e seqüências asseguradas agora pela PDP constituirão incentivos ao investimento nos próximos anos.

A nova política industrial prevê outras desonerações ao investimento, como, por exemplo, a ampliação para os segmentos ferroviário, hidroviário e dutoviário da abrangência do Reporto, este originalmente um programa para a modernização e ampliação dos Portos que suspende os pagamentos de PIS, COFINS, II e IPI para bens de capital. A desoneração prevista nesse caso é de R\$ 2,6 bilhões entre 2008 e 2011. Cabe notar que esse programa ainda que oportuno é, no entanto, mais propriamente da área de infra-estrutura e não de política industrial.

As medidas acima destacadas, portanto são importantes e têm impacto. Mas a medida de desoneração fiscal nova capaz de dar um relevante impulso adicional ao investimento é a depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do prazo normal. Essa medida implica, por exemplo, que a depreciação de uma máquina cuja depreciação normal se dê em 10 anos ocorra em apenas 2 anos, aumentando sobremaneira o valor da depreciação nesse período com conseqüente redução do lucro tributável e queda expressiva do pagamento de tributos. Como convém observar, esse é um forte instrumento de estímulo ao investimento que muitos outros países adotam em caráter horizontal, ou seja, abrangendo os mais diversos setores da economia. O pequeno grande detalhe associado a esta medida prevista na PDP é que ela foi limitada à compra de máquinas e equipamentos para a fabricação de bens de capital, automóveis e autopeças.

1. Redução de 24 para 12 meses do prazo para a utilização de créditos de PIS/Cofins na aquisição de bens de capital;
2. Prorrogação, até 2010, da depreciação acelerada prevista pela Lei 11.051/2004 (em 50% do prazo e crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL);
3. Depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de bens de capital, automóveis e autopeças, em 20% do prazo normal;
4. Ampliação da abrangência do REPORTO (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária) para os segmentos ferroviário, hidroviário e dutoviário (suspensão de PIS, COFINS, II, IPI sobre bens de capital);
5. Ampliação do prazo de recolhimento do IPI pelo setor automotivo, de decendial para mensal.

Esses são setores destacados na estrutura industrial brasileira e merecedores de prioridade, mas evidentemente não são os únicos nessa situação. Se não é possível, por motivos de disponibilidade de recursos, a generalização do benefício fiscal para todos os setores da indústria, a sugestão é que a seleção dos segmentos a serem contemplados de forma imediata com esse poderoso instrumento obedeça a um critério geral, como a necessidade de novas

inversões nos setores com estrangulamento ou restrição de oferta. O objetivo seria remover limites ao crescimento industrial e/ou neutralizar possíveis pressões inflacionárias. Caberia também introduzir o critério de temporalidade do benefício, que faltou nesse caso. A providência seria importante para abreviar os períodos de investimento dos setores incentivados e permitir que outros segmentos possam ser beneficiados na seqüência.

Investimento / Crédito. As ações previstas pela PDP para apoiar o financiamento dos investimentos são também relevantes, contribuindo para a realização de investimentos na economia. Um mecanismo novo de financiamento introduzido pela PDP é o fundo soberano para o Brasil, que deverá ser formado com recursos do superávit primário e poderá dar sustentação financeira às operações de financiamento no exterior do BNDES. Os objetivos do fundo são dar suporte ao financiamento de projetos de interesse estratégico para o Brasil e formar poupança fiscal em caráter anti-cíclico.

Os demais instrumentos de financiamento da PDP são conhecidos, mas tiveram significativa ampliação. Caberia destacar, primeiramente, que mais uma rodada de redução do custo do financiamento de longo prazo terá lugar com as novas medidas anunciadas de eliminação da incidência de IOF instituído em janeiro (alíquota de 0,38%) sobre as operações de crédito do BNDES e Finep e de redução de 20% no spread básico das linhas do BNDES (redução de 1,4% para 1,1% ao ano) e de 40% para bens de capital (redução de 1,5% ao ano para 0,9% ao ano).

1. Criação de fundo soberano para financiar atividades de empresas brasileiras no exterior.
2. Aumento dos financiamentos do BNDES, com desembolso total projetado para indústria e serviços entre 2008 e 2010 de R\$ 210,4 bilhões;
3. Duplicação do prazo das linhas Finame para a indústria, de cinco para dez anos;
4. Eliminação da incidência de IOF de 0,38% nas operações de crédito (BNDES, e Finep) e redução de 20% no spread básico das linhas do BNDES, de 1,4% para 1,1% ao ano (para bens de capital, redução de 1,5% ao ano para 0,9% ao ano);
5. Novo Revitaliza Investimento/Financiamento: para os setores intensivos em trabalho, equalização das taxas de juros (7% ao ano) e bônus de adimplência de 20%; R\$ 9 bilhões de 2008 a 2018.

Em segundo lugar, o aumento de cinco para dez anos do prazo dos financiamentos da aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME) pela indústria constitui um expressivo incentivo para a ampliação da capacidade produtiva da economia e para a modernização empresarial, auxiliando no crescimento da produtividade industrial.

Também é relevante o novo programa “Revitaliza Investimento/Financiamento” que prevê financiamentos de longo prazo à taxa fixa de 7% ao ano para investimentos e exportação dos setores intensivos em trabalho que vêm sendo atingidos pela concorrência internacional no país e em mercados no exterior. O IEDI em várias ocasiões já recomendou que ao lado de uma medida de impacto a médio e longo prazo, como será a nova edição do “Revitaliza”, se

faz necessária uma medida de alcance imediato sobre os custos de produção desses setores para elevar sua competitividade. Dentre as alternativas, sugere a redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento que poderia acompanhar a redução prevista pela PDP (de 20% para até 10%) para os segmentos de software e TI, sem, no entanto, a contrapartida de exportação exigida no caso desses segmentos. Para os setores intensivos em trabalho, a contrapartida seria a preservação da estrutura industrial e do emprego associado a esses setores responsáveis por quase metade do emprego industrial no país.

Além dessas medidas, uma ação importante prevista na PDP na área do crédito ao investimento é a que prevê um volume de financiamentos do BNDES para o período de 2008 a 2010 de R\$ 210,4 bilhões para os setores da indústria e serviços, com uma progressão anual de R\$ 62,5 bilhões em 2008, para R\$ 70,2 no ano seguinte, alcançando R\$ 77,7 bilhões em 2011, com média de R\$ 70,1 bilhões. Para se ter idéia, os desembolsos do BNDES em 2007 para a indústria somaram R\$ 25,6 bilhões e R\$ 7,8 bilhões para o setor de serviços, totalizando R\$ 33,4 bilhões. Ou seja, para esses setores a política industrial levará a um crescimento acima de 100% nos financiamentos, o que demandará uma evolução correspondente das fontes de recursos do BNDES. Portanto, será necessária uma mobilização do governo e do próprio BNDES para a complementação das fontes de recursos da instituição de fomento.

P&D. As medidas de apoio e de incentivo a pesquisa e desenvolvimento e inovação previstas pelo PDP são arrojadas no campo do financiamento e, em termos de incentivo fiscal, são contempladas com o mais completo benefício da depreciação acelerada. Com efeito, a PDP autoriza a depreciação imediata (no próprio exercício de aquisição) dos investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. A continuidade dos programas da Finep em financiamento e subvenção e os esforços adicionais do BNDES em ampliar recursos de seus novos programas para inovação com taxas de juros muito baixas (taxa real zero ou da ordem de 1 a 2% ao ano) devem ser considerados incentivos capazes de promover uma atividade de risco e que, salvo exceções muito honrosas, não é da tradição até o momento da empresa nacional.

1. Nova linha capital inovador do BNDES (R\$ 6 bilhões) para empresas que invistam em capacitação, engenharia e ativos intangíveis com juros equivalentes à TJLP (6,25% a.a.);
2. Nova linha inovação tecnológica do BNDES para apoiar projetos de P&D, com juros especiais de 4,5% ao ano;
3. Mudança de foco no Fundo Tecnológico (Funtec), do BNDES, em 2008 para financiar investimentos em saúde, energias renováveis e redução de emissões de gases;
4. Finep: Financiamento de R\$ 740 milhões em 2008 e subvenção econômica à inovação no valor de R\$ 325 milhões;
5. Depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

A nova linha do BNDES que contempla investimentos em ativos intangíveis é uma positiva novidade em termos de operações do banco de desenvolvimento, pois amplia o conceito de inovação para além da fronteira tecnológica, que, sem dúvida, é um dos principais promotores do processo de inovação, senão o principal, mas não o único. Técnicos e instituições, como o IEDI, vinham sugerindo ao BNDES o desenvolvimento de uma linha de financiamento com essas características.

Exportações. O bloco de medidas diretamente relacionado aos incentivos à exportação não está no nível dos demais em termos de impacto positivo esperado, em parte porque a trava mais destacada em termos da exportação de manufaturados não é da alçada de uma política industrial. O câmbio apreciado, como se sabe, já determina um retrocesso expressivo nas vendas externas de bens industrializados, que nesse ano registram redução em volume. Por outro lado, o principal encarecimento fiscal da atividade exportadora, a retenção do ICMS dos exportadores, tampouco foi uma questão tratada no âmbito da PDP por corresponder a uma esfera atinente ao nível dos governos estaduais. O IEDI tem se pronunciado sobre a necessidade de um maior equilíbrio entre as políticas macroeconômicas de forma a não sacrificar tão fortemente, como vem ocorrendo, a competitividade do produto nacional e vem recomendando que o governo federal lidere e promova um processo que leve à solução dos estoques e dos fluxos de ICMS dos exportadores retidos pelos estados. Ambas as ações são importantes pré-requisitos de uma eficaz política de exportação de manufaturados. Ter como objetivo o acesso aos mercados externos dos bens manufaturados – e não apenas dos produtos dos setores primários como vem ocorrendo – nas negociações de acordos internacionais seria outra iniciativa de relevo para uma política de exportação de produtos industriais.

1. Ampliação dos recursos do Proex Financiamentos (de R\$ 500 milhões para R\$ 1,3 bilhão em 2008) e ampliação de utilização e bens elegíveis (incluindo setor automotivo) do Proex Equalização;
2. Ampliação do Drawback Verde Amarelo: suspensão do pagamento de PIS/Cofins na compra de insumos destinados à industrialização de bens exportados;
3. Ampliação da abrangência de empresa preponderantemente exportadora, para acesso aos créditos de PIS/COFINS na aquisição de bens de capital (RECAP);
4. Redução a zero do IR incidente em remessas ao exterior para pagamentos de serviços de logística de exportação e pagamentos de despesas de promoção comercial associados à exportação de serviços;
5. Redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento para até 10% (atualmente é de 20%) e da contribuição para o Sistema S para até zero, para empresas exportadoras do setor de software e de tecnologia de informação.

Esses comentários gerais não significam que as medidas para a área não tenham significado positivo, como são os casos da ampliação dos recursos e a maior abrangência do Proex, favorecendo a exportação, dentre outros segmentos, do setor de serviços. Vão na mesma direção a ampliação do chamado “Drawback Verde Amarelo” e o maior número

de empresas consideradas preponderantemente exportadoras para efeito dos benefícios do Programa RECAP.

Incentivos setoriais para as empresas exportadoras de serviços (redução a zero do IR incidente em remessas ao exterior para pagamentos de serviços de logística de exportação e pagamentos de despesas de promoção comercial associados à exportação de serviços) e empresas de software e de tecnologia de informação (redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento para até 10% e da contribuição para o Sistema S para até zero) são também relevantes para incentivar as vendas externas de serviços.

Como em etapas anteriores, são bem vindas as medidas para beneficiar as exportações de empresas de menor porte, com a extensão do fundo de garantia à exportação (FGE) a micros, pequenas e médias empresas com exportação anual de até R\$ 1 milhão; a simplificação do registro no SISCOMEX, mediante o aumento no limite em que é permitido ao exportador utilizar o procedimento de habilitação na modalidade simplificada; a ampliação de US\$ 20 mil para US\$ 50 mil dos limites da Declaração Simplificada da Exportação (DSE) e do Câmbio Simplificado. Cabe também observar que as exportações de manufaturas se beneficiam dos incentivos ao investimento, ao crédito e à inovação, além dos programas setoriais. Contudo, no que diz respeito a manufaturas, a nova política industrial não reuniu um conjunto de ações que justifique a denominação de uma política de exportação para essa área. Uma política com esse objetivo continua sendo absolutamente indispensável nesse momento, mas ainda está por ser elaborada.

Concentração dos Incentivos. Um ponto foi mal dimensionado pela PDP. Não é justificável uma concentração tão significativa dos incentivos. Tomando as estimativas do Ministério da Fazenda do valor dos incentivos setoriais previstos para os setores da indústria (Setor Automotivo, Bens de Capital, Setores Intensivos em Trabalho, Construção Naval) e Serviços (Software), cujo total monta a R\$ 6,1 bilhões, não é razoável que um único setor absorva mais de metade dos incentivos. Esse ponto deverá ser objeto de revisão da PDP.

#### Setores – Desoneração

Resumo das principais medidas setoriais (estimativas em R\$ milhões)	2008	2009	2010	2011	Total	%
Setor Automotivo - Depreciação acelerada	92	658	1.174	1.098	3.022	49,5
Setor Automotivo - Ampliação do prazo de recolhimento do IPI	200	-	-	-	200	3,3
Setor Automotivo - Total	292	658	1.174	1.098	3.222	52,8
Setor de Bens de Capital - Depreciação acelerada	33	233	417	390	1.073	17,6
Setores Intensivos em Trabalho - Reativação do Programa Revitaliza	76	215	340	370	1.001	16,4
Software - Dedução em dobro da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das despesas com capacitação de pessoal próprio das empresas de software	65	130	130	130	455	7,5
Construção Naval - Suspensão da cobrança de IPI, PIS e Cofins incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de navios novos por estaleiros nacionais	50	100	100	100	350	5,7
Total	516	1.336	2.161	2.088	6.101	100,0
Setores de Infra-Estrutura - Ampliação da abrangência do REPORTE	374	747	747	747	2.615	

## Anexo – Setores da PDP

### Programas Para Fortalecer A Competitividade

#### Setor: Bens de Capital Seriadados

*Estratégias: conquista de mercados.*

*Objetivos: ampliação do potencial competitivo da indústria brasileira.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande potencial de crescimento: estimativa de ampliação do investimento fixo/PIB para 21% em 2010 (indústria e PAC)</li> <li>Grande heterogeneidade intra-industrial, com baixo nível médio de eficiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos de US\$11,5 bilhões para 2008-2010</li> <li>Ampliar os gastos em P,D&amp;I/faturamento líquido de 1,32% para 2,0%</li> <li>Ampliar as exportações de US\$ 16,7 bilhões para US\$ 22,3 bilhões, em 2010</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expandir capacidade de produção</li> <li>Adensar cadeia produtiva e fortalecer empresas nacionais</li> <li>Apoiar consolidação empresarial</li> <li>Ampliar inserção internacional de empresas</li> <li>Aumentar capacitação tecnológica</li> </ul>	MDIC

#### Setor: Bens de Capital sob Encomenda

*Estratégias: focalização (especialização).*

*Objetivo: Ampliação da competitividade e inserção externa da indústria brasileira.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande potencial de crescimento: (i) investimentos do PAC: (ii) estimativa de ampliação do investimento fixo/PIB para 21% em 2010 e (iii) projetos de integração da infra-estrutura sul-americana</li> <li>Grande heterogeneidade intra-industrial, com baixo nível médio de eficiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar gastos em P,D&amp;I/faturamento líquido de 0,55% para 0,80% em 2010</li> <li>Ampliar exportações para US\$ 4,4 bilhões em 2010 (US\$ 2,9 bilhões em 2007)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar consolidação empresarial</li> <li>Ampliar inserção internacional das empresas</li> <li>Expandir capacidade de produção</li> <li>Adensar cadeia produtiva e fortalecer ECNs</li> <li>Fortalecer engenharia básica e detalhamento de projeto</li> </ul>	MDIC

**Setor: Complexo Automotivo**

*Estratégias: conquista de mercados.*

*Objetivo: consolidar e ampliar a participação do país na produção mundial.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte crescimento recente dos mercados interno e regional</li> <li>• Produção de 2,9 milhões de veículos (automóveis, ônibus, caminhões) em 2007</li> <li>• Nível de utilização da capacidade instalada próximo a 85%</li> <li>• Acirramento da concorrência entre países por novos investimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir 4 milhões de veículos em 2010 (5,1 milhões em 2013)</li> <li>• Gastos em P&amp;D: 2% do faturamento em 2010 (2,5% em 2013)</li> <li>• Exportações: 930 mil veículos em 2010</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a capacidade de produção</li> <li>• Adensar e modernizar a cadeia</li> <li>• Fortalecer a engenharia de projeto</li> <li>• Ampliar o volume exportado</li> </ul>	MDIC

**Setor: Complexo de Serviços**

*Estratégias: conquista de mercados e focalização (especialização).*

*Objetivo: Diversificar e ampliar a participação do País no comércio mundial de serviços, e maior base de empresas exportadoras.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Déficit comercial persistente</li> <li>• Concentração das exportações brasileiras em poucas empresas, segmentos do complexo e mercados de destino; competitividade no setor de serviços de construção e engenharia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar as exportações do complexo serviços para 1,0% do comércio mundial de serviços, ou US\$ 39,5 bilhões em 2010.</li> <li>• Capacitar 5.000 empresários em exportação de serviços até 2010.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar, diversificar e desconcentrar as exportações brasileiras de serviços</li> <li>• Adequar e ampliar o crédito para exportações e internacionalização</li> <li>• Capacitar empresas prestadoras de serviços em comércio exterior</li> <li>• Dotar o país de sistema de informação, gestão e de operações do comércio exterior de serviços</li> </ul>	MDIC

**Setor: Construção Civil**

*Estratégias: ampliação de acesso.*

*Objetivo: Ampliar e modernizar o Setor de Construção Civil para atender o déficit habitacional e o mercado de obras de infra-estrutura.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado brasileiro em forte expansão</li> <li>• Empresas de construção entrando no mercado de capitais</li> <li>• Presença significativa de informal e baixa qualificação de mão de obra</li> <li>• Grande déficit habitacional para famílias de baixa renda.</li> </ul>	<p>Aumentar a produtividade em 50% e reduzir perdas em 50%, até 2010</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver mecanismos de financiamento sustentáveis</li> <li>• Capacitar mão-de-obra</li> <li>• Incentivar e disseminar a tecnologia industrial básica</li> <li>• Promover a construção industrializada</li> </ul>	MDIC

**Setor: Couro e Calçados**

*Estratégias: conquista de mercados, diferenciação e ampliação de acesso.*

*Objetivo: (i) incorporar tecnologias estratégicas (TICs, nanotecnologia e biotecnologia) na cadeia produtiva; (ii) posicionar calçado “Marca Brasil” (cultura, conforto, meio ambiente e design); (iii) ampliar o consumo médio de calçados no mercado interno.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado interno em expansão</li> <li>• Ameaça à posição do Brasil como produtor e exportador pelo crescimento do sudeste asiático</li> <li>• MPÉs despreparadas para customização de calçados e carentes de crédito</li> <li>• Brasil lidera iniciativas para o estabelecimento de selo de conforto em calçados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conquistar a segunda posição na produção mundial de calçados</li> <li>• Aumentar valor das exportações de couro acabado à taxa média de 10% a.a.</li> <li>• Conquistar a terceira posição na exportação de calçados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer marcas, design e imagem do calçado brasileiro no mercado internacional</li> <li>• Capacitar PME para atuação em nichos de mercado</li> <li>• Ampliar e modernizar a cadeia industrial</li> <li>• Ampliar exportações</li> </ul>	MDIC

**Setor: Indústria Aeronáutica**

*Estratégias: liderança mundial e conquista de mercados.*

*Objetivos: (i) ampliar a participação de aeronaves civis (comerciais e executivas) e de aerorepções nacionais no mercado interno e mundial e (ii) ampliar participação no mercado sul-americano de helicópteros.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>3ª posição mundial no mercado de aeronaves comerciais</li> <li>Grande parte da produção de aeronaves para o mercado civil é exportada e o mercado nacional de defesa é pequeno</li> <li>Baixa participação de empresas brasileiras no fornecimento para a cadeia produtiva e para o mercado aéreo nacional</li> <li>Outsourcing da produção e forte concorrência entre países por investimentos produtivos e de P&amp;D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sustentar a 3ª posição em aeronaves comerciais</li> <li>Dobrar a participação mundial em aeronaves executivas até 2012</li> <li>Dobrar as exportações de helicópteros para América do Sul</li> <li>Aumentar a produtividade nas aerorepções (Faturamento/Empregado/ano): R\$ 200 mil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar investimentos em P,D&amp;I</li> <li>Promover a modernização industrial</li> <li>Ampliar a participação no mercado internacional</li> <li>Ampliar a inserção no mercado interno</li> <li>Ampliar participação de empresas nacionais fornecedoras no mercado local</li> </ul>	MDIC

**Setor: Indústria Naval e Cabotagem**

*Estratégias: focalização e conquista de mercados.*

*Objetivo: Fortalecer a indústria naval a partir das encomendas do segmento off-shore e de demandas da armação nacional, especialmente para cabotagem.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Demanda internacional por embarcações em forte aceleração: gargalos de oferta e preço do frete em níveis recordes</li> <li>Demanda interna concentrada no setor de petróleo e gás e baixa utilização do modal aquaviário como meio de transporte</li> <li>Frota brasileira representa apenas 0,6% da marinha mercante mundial e país detém somente 0,1% da produção naval, empregando cerca de 22 mil pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar o uso de navieças nacionais de 65% para 85%</li> <li>Ampliar a participação da bandeira brasileira na marinha mercante mundial para 1%</li> <li>Gerar mais 25.000 empregos na cadeia produtiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar consolidação empresarial e modernização da estrutura industrial</li> <li>Ampliar investimento em P,D&amp;I e qualificação profissional</li> <li>Fomentar criação de empresa líder em projetos navais</li> <li>Fortalecer cadeia produtiva</li> </ul>	MDIC

**Setor: Madeira e Móveis**

*Estratégias: conquista de mercados, focalização, diferenciação e ampliação do acesso.*

*Objetivos: (i) conquistar mercado de móveis de alto padrão nos EUA e Europa e ampliar participação de móveis em geral em novos mercados, (ii) Desenvolvimento dos APLs, (iii) construir competitividade (produção sustentável e valorização do design brasileiro); (iv) promover o acesso doméstico a móveis com qualidade e preços competitivos.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Deslocamento da produção mundial para países e regiões de baixo custo de produção</li> <li>Brasil no mundo: 3,2% da produção (US\$ 8,7 bilhões) e 1,0% das exportações (US\$ 100 bilhões)</li> <li>Pressões internacionais relacionadas à sustentabilidade econômica, social e ambiental da cadeia produtiva</li> <li>Setor composto majoritariamente por MPEs, em geral organizadas em APLs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento médio de 15% a.a. nas vendas internas</li> <li>Crescimento médio de 7,5% a.a. nas exportações</li> <li>Ampliar o investimento em inovação e P&amp;D para, respectivamente, 3% e 0,5% das vendas líquidas</li> <li>Aumentar o consumo no mercado doméstico em 30%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar empresas em APLs</li> <li>Ampliar negócios com geração de valor (design, escala e inteligência comercial)</li> <li>Ampliar as exportações da cadeia produtiva</li> <li>Ampliar a participação da produção sustentável da cadeia</li> </ul>	MDIC

**Setor: Plásticos**

*Estratégias: focalização.*

*Objetivo: (i) consolidar o Brasil como exportador de produtos com tecnologia e valor agregado; (ii) aumentar a competitividade das indústrias de transformados plásticos.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação da indústria mundial, principalmente na 1ª e 2ª gerações</li> <li>Diversificação de fontes de matérias primas, com destaque para as renováveis</li> <li>Transformados plásticos no Brasil: 8.844 empresas (94% MPEs); Emprego: 266 mil</li> <li>Déficit comercial: US\$ 367 milhões (janeiro / agosto 2007): destaque para importação de equipamentos de países asiáticos</li> <li>Aumento da oferta de resinas no mercado brasileiro, com alto grau de exportação</li> <li>Parque industrial com aproximadamente 40% dos equipamentos com vida útil superior a 10 anos</li> </ul>	<p>US\$ 2,2 bilhões em exportação de produtos transformados plásticos em 2010</p> <p>(US\$ 1,1 bilhão em 2006 )</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver cultura exportadora</li> <li>Fortalecer empresas de 3ª geração</li> <li>Ampliar investimentos em P,D&amp;I e investimentos para produção</li> <li>Consolidar produto brasileiro como solução ambiental sustentável</li> <li>Aumentar a integração da cadeia produtiva</li> </ul>	MDIC

**Setor: Sistema Agroindustrial**

*Estratégias: conquista de mercados, focalização, diferenciação e ampliação do acesso.*

*Objetivos: (i) expandir produção para o mercado interno, manter liderança nos segmentos “commodities” e crescer em mercados de maior valor; (ii) aumentar a capacitação tecnológica nos insumos; (iii) perseguir padrão de classe mundial nas cooperativas agroindustriais.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendências mundiais: valorização dos produtos orgânicos; segmentação de mercados; cadeias agrícolas comandadas por supermercados</li> <li>Sistema agroindustrial brasileiro: 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos; liderança mundial em produtos “commodities”</li> <li>Fragilidades: altos custos de logística e infra-estrutura deficiente; dependência da importação de insumos estratégicos; sanidade vegetal e animal; MPEs: baixa capacitação tecnológica e em negócios internacionais</li> <li>Concentração nos segmentos de insumos e serviços especializados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar as exportações do sistema agroindustrial em 25% até 2010</li> <li>Estabelecer normas socioambientais para os principais complexos agroindustriais</li> <li>Apoiar cooperativas agroindustriais de MPEs no processo de gestão e inserção internacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar reestruturação e modernização industrial</li> <li>Melhorar a logística e a infra-estrutura</li> <li>Investir em P,D&amp;I e capacitação</li> <li>Reduzir a assimetria das relações comerciais no agronegócio</li> </ul>	MDIC

**Setor: Higiene pessoal, Perfumaria e Cosméticos**

*Estratégias: conquista de mercados e diferenciação (biomas brasileiros).*

*Objetivo: (i) ampliar inserção externa; (ii) associar marca Brasil aos biomas brasileiros; (iii) aumentar a competitividade das empresas de pequeno porte.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Terceiro mercado consumidor mundial (1º Estados Unidos, 2º Japão)</li> <li>Grande concentração de empresas de pequeno porte: gargalos de gestão e tecnologia</li> <li>Áreas com maior potencial de inovação: cuidado dos cabelos e cuidado da pele</li> <li>Necessidade de ajuste do marco legal-regulatório</li> </ul>	<p>US\$ 700 milhões de exportações em 2010</p> <p>(crescimento médio anual de 10%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver cultura exportadora</li> <li>Elevar padrão tecnológico e produtivo</li> <li>Ajustar a legislação sanitária e os marcos legais</li> <li>Consolidar o produto brasileiro como sinônimo de qualidade e uso sustentável dos biomas brasileiros</li> </ul>	MDIC

## Programas Mobilizadores Em Áreas Estratégicas

### Setor: Nanotecnologia

*Estratégias: focalização.*

*Objetivo: (i) desenvolver nichos de mercado com potencial de competitividade em materiais, eletrônicos, médico e farmacêutico, equipamentos e ferramentas e tecidos nanoestruturados; (ii) ampliar o acesso da indústria aos desenvolvimentos da nanotecnologia.*

Situação Atual	Metas 2010	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mercado mundial em expansão: materiais (US\$35 bi em 2020), eletrônicos (US\$250 bi até 2010), tecidos nanoestruturados (US\$115 bi até 2012), equipamentos e ferramentas (US\$ 2,7 bi até 2010)</li> <li>No Brasil poucas empresas desenvolvem, difundem e utilizam nanotecnologias</li> <li>Há infra-estrutura científica básica e Programa Nacional de Nanotecnologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investir R\$ 70 milhões em P,D&amp;I</li> <li>Alcançar 100% dos investimentos privados previstos no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar empresas de base tecnológica</li> <li>Expandir formação de RH especializado</li> <li>Atrair investimento em P&amp;D</li> <li>Adequar marco legal</li> </ul>	MCT

### Setor: Biotecnologia

*Estratégias: focalização.*

*Objetivos: (i) ampliar a produção industrial brasileira de produtos e processos por rota biotecnológica; (ii) expandir e fortalecer a base científica e tecnológica do país.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>A maioria das empresas é de fundação recente. Incubadoras são responsáveis por um crescente número de empresas de biotecnologia (35,2% do total de empresas)</li> <li>Base científica relevante (mais de 1.700 grupos de pesquisa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar 80% das diretrizes e objetivos específicos da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (Dec. 6.041/07) no país até 2013.</li> <li>- Capitalizar 100 micro e pequenas empresas inovadoras por meio de capital semente (30% recursos públicos e 70% recursos privados) até 2013.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar investimentos na indústria nacional para o desenvolvimento de P,D&amp;I</li> <li>Aumentar cooperação entre empresas e centros de pesquisa</li> <li>Atrair empresas internacionais e seus centros de pesquisa</li> </ul>	MDIC/ABDI

**Setor: Complexo da Defesa**

*Estratégias: focalização (especialização).*

*Objetivo: recuperar e incentivar o crescimento da base industrial instalada, ampliando o fornecimento para as Forças Armadas brasileiras e exportações.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto 5.484/2005 estabelece Política Nacional de Defesa</li> <li>Necessidade de modernização produtiva e organizacional, capacitação tecnológica e recursos humanos especializados</li> <li>Baixos investimentos e compras governamentais para as Forças Armadas</li> <li>Mercado das empresas brasileiras remanescentes é, principalmente, o externo</li> <li>Setor difusor de novas tecnologias para a indústria civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investir R\$ 1,4 bilhão em modernização e P,D&amp;I</li> <li>2010: elevar para 50% o fornecimento nacional nas compras de defesa</li> <li>2020: elevar para 80% o fornecimento nacional nas compras de defesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar os investimentos em P,D&amp;I</li> <li>Expandir a participação nos mercados interno e externo</li> <li>Fortalecer cadeia de fornecedores no Brasil</li> </ul>	<p>MINISTÉRIO DA DEFESA</p>

**Setor: Complexo Industrial da Saúde**

*Estratégias: focalização (especialização) e ampliação de acesso.*

*Objetivos: (i) consolidar no Brasil uma indústria competitiva na produção de equipamentos médicos, materiais, reagentes e dispositivos para diagnóstico, hemoderivados, imunobiológicos, intermediários químicos e extratos vegetais para fitoterapêuticos, princípios ativos e medicamentos para uso humano; (ii) dominar o conhecimento científico-tecnológico em áreas estratégicas visando a redução da vulnerabilidade do Sistema Nacional de Saúde.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>A cadeia produtiva da saúde representa entre 7% e 8% do PIB, mobilizando recursos da ordem de R\$ 160 bilhões.</li> <li>Forte dependência de importações nos produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia</li> <li>Déficit comercial elevado: US\$ 5,5 bilhões em 2007</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir o déficit comercial do CIS para US\$ 4,4 bilhões até 2013</li> <li>Desenvolver tecnologia para produção local de 20 produtos estratégicos para o SUS até 2013</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuir a vulnerabilidade da Política Nacional de Saúde</li> <li>Elevar investimento em inovação</li> <li>Aumentar e diversificar exportações</li> <li>Adensar cadeia produtiva do CIS e fortalecer empresas nacionais</li> <li>Fortalecer, expandir e modernizar a gestão da rede de laboratórios públicos</li> <li>Atrair produção e centros de P&amp;D de empresas estrangeiras tecnologicamente avançadas</li> </ul>	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE</p>

**Setor: Energia Biodiesel**

*Estratégias: Ampliação de Acesso (inserção social e redução das disparidades regionais).*

*Objetivos: (i) ampliar a demanda do biodiesel no mercado interno;*

*(ii) fortalecer a agricultura familiar;*

*(iii) estimular aproveitamento de potencialidades regionais*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Potencial para diversificação do cultivo de oleaginosas</li> <li>Marco legal e regulatório concluídos</li> <li>Capacidade de produção superior à demanda doméstica</li> <li>Exigências crescentes em relação a questões socioambientais</li> <li>Indústria de bens de capital incipiente, com capacidade de expansão</li> </ul>	<p>Produção de 3,3 bilhões de litros de biodiesel</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a mistura obrigatória do biodiesel ao diesel com viabilidade econômica</li> <li>Ampliar a produtividade da cadeia produtiva com a inserção da agricultura familiar</li> <li>Desenvolver novas tecnologias nacionais na cadeia produtiva</li> <li>Assegurar sustentabilidade socioambiental</li> </ul>	CASA CIVIL

**Setor: Energia Bioetanol**

*Estratégias: liderança mundial.*

*Objetivos: (i) reconquistar liderança mundial no bioetanol;*

*(ii) aumentar o aproveitamento de subprodutos (vinhaça, levedura e bagaço);*

*(iii) dominar próximas gerações tecnológicas; (iv) expandir a oferta de eletricidade por meio da biomassa.*

Situação Atual	Metas 2010	Desafios	Gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do mercado interno e volatilidade de preços para o produtor</li> <li>Mercado internacional em formação, com perspectiva de expansão</li> <li>Crescentes exigências socioambientais</li> <li>Indústria local de equipamentos sem capacidade ociosa</li> <li>Investimentos no exterior em novas rotas tecnológicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de 23,3 bilhões de litros</li> <li>Exportação de 5 bilhões de litros</li> <li>Geração de 2.700 MW médios adicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar capacidade de produção e produtividade</li> <li>Transformar o etanol em commodity criando um mercado internacional</li> <li>Modernizar e ampliar a infra-estrutura de distribuição</li> <li>Desenvolver novas tecnologias</li> <li>Aumentar a oferta de bioenergia</li> <li>Melhorar condições socioambientais</li> </ul>	CASA CIVIL

**Setor: Energia Petróleo e Gás Natural**

*Estratégias: liderança mundial e conquista de mercados.*

*Objetivo: (i) garantir a auto-suficiência em petróleo; (ii) revitalizar e ampliar a participação da indústria nacional, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação do conteúdo nacional no setor de petróleo e gás natural foi ampliada de 57% para 75% desde 2003</li> <li>Encomendas adicionais de US\$ 5,2 bilhões para a indústria brasileira e 245 mil novos empregos</li> <li>Limitada capacitação tecnológica da indústria fornecedora de equipamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar produção de óleo e GLN para 2,4 milhões barris/dia em 2012 (1,8 milhões barris/dia em 2007)</li> <li>Aumentar a produção de gás natural para 637 mil barris/dia em 2012 (273 mil barris/dia em 2007)</li> <li>Manter o conteúdo local nos projetos em 75% em 2010 (75% em 2007)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Liderança tecnológica</li> <li>Aumentar capacidade produtiva</li> <li>Adensar cadeia produtiva e capacitação industrial</li> <li>Qualificação técnica e profissional</li> </ul>	PETROBRAS

**Setor: Energia Nuclear**

*Estratégias: focalização (especialização)*

*Objetivos: (i) consolidar o país como importante fabricante de combustível nuclear;*

*(ii) participar, competitivamente, do suprimento de energia elétrica no País;*

*(iii) garantir competência em todas as etapas de fabricação de equipamentos, no comissionamento de usinas nucleares e na produção de elementos combustíveis.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dependência de fornecimento externo de Urânio enriquecido</li> <li>Perspectiva de construção de novas centrais nucleares para geração de energia elétrica</li> <li>Aumento da demanda por produtos e serviços realizados com tecnologia nuclear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar capacidade de produção de urânio</li> <li>Implementar a 1ª etapa da Unidade de Enriquecimento de Urânio</li> <li>Conclusão da planta piloto de produção de UF6 (conversão)</li> <li>Criação da Empresa Brasileira de Radiofármacos (EBR) até 2008</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dominar enriquecimento de Urânio em escala industrial</li> <li>Recuperar e modernizar parque industrial para fabricação de equipamentos pesados</li> <li>Recompor e capacitar recursos humanos do setor nuclear</li> <li>Expandir capacidade de produção de insumos, produtos, equip. e serviços</li> </ul>	MCT

**Setor Tecnologia de Informação e Comunicação: Softwares e Serviços TI**

*Estratégias: focalização, conquista de mercados, diferenciação.*

*Objetivo: posicionar o Brasil como produtor e exportador relevante de software e serviços de TI.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Exportações limitadas: US\$ 800 milhões em 2007 (exportações mundiais: US\$ 36 bilhões)</li> <li>Mercado doméstico: US\$ 9 bilhões, crescendo a 15% a.a.</li> <li>Baixa participação de empresas brasileiras de tecnologia nacional no mercado interno.</li> <li>Oferta fragmentada, com grande número de MPEs</li> <li>Janela de oportunidade para conquista de parcela do mercado offshore</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exportações: US\$ 3,5 bilhões em 2010</li> <li>100.000 novos empregos formais até 2010</li> <li>Serviços TI: consolidação de 2 grupos ou empresas de tecnologia nacional com faturamento superior a R\$ 1 bilhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a inserção internacional</li> <li>Incrementar o investimento em capacitação tecnológica</li> <li>Fortalecer empresas brasileiras de tecnologia nacional apoiando consolidação empresarial</li> <li>Consolidar e fortalecer a marca "Brazil IT"</li> </ul>	MCT/MDIC

**Setor Tecnologia de Informação e Comunicação: Microeletrônica**

*Estratégias: focalização e conquista de mercados.*

*Objetivo: ampliar produção local e exportações de componentes microeletrônicos.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Déficit de US\$ 11,45 bilhões na balança comercial do complexo eletrônico em 2007: componentes eletrônicos (US\$ 5,5 bilhões), principalmente semicondutores (US\$ 3,25 bilhões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar 2 empresas de fabricação de Circuitos Integrados (ou MEMS), envolvendo a etapa de front-end</li> <li>Elevar número de Design Houses do programa CI Brasil de 7 para 14 e fortalecer a sua atuação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar empresas brasileiras de base tecnológica Foco: Design Houses e ASICS</li> <li>Converter Brasil em plataforma de exportação para grandes players internacionais. Foco: CI padronizados e foundries</li> </ul>	MCT/MDIC

**Setor Tecnologia de Informação e Comunicação: Mostradores de Informação (Displays)**

*Estratégias: focalização e conquista de mercados.*

*Objetivo: fomentar o desenvolvimento tecnológico e produção locais em displays e seus componentes.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Substituição acelerada da tecnologia de displays produzidos no Brasil (CRTs), por Plasma e LCD</li> <li>Déficit comercial de displays US\$ 1,2 bi ( jan-out 2007)</li> <li>Utilização ubíqua de displays em informática, telecomunicações, eletrônica de consumo e eletrônica embarcada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instalar uma empresa de manufatura de painéis delgados com tecnologia emergente</li> <li>Instalar uma empresa fornecedora global de insumos para displays</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar o desenvolvimento tecnológico e consolidação empresarial de empresas brasileiras: foco em tecnologias emergentes</li> <li>Converter o Brasil em plataforma de exportação de grandes players internacionais: foco em tecnologias consolidadas</li> </ul>	MCT/MDIC

**Setor Tecnologia de Informação e Comunicação: Inclusão Digital**

*Estratégias: focalização e ampliação do acesso.*

*Objetivos: (i) ampliar acesso da população à infra-estrutura digital; (ii) fomentar desenvolvimento tecnológico e produção locais em equipamentos e componentes prioritários para ampla difusão da Banda Larga, equipamentos de informática e TV Digital no Brasil.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Penetração de Internet: 17% dos domicílios brasileiros (PNAD 2007)</li> <li>22% dos domicílios brasileiros têm acesso a computadores pessoais (PNAD 2007)</li> <li>Mercado incipiente de TV Digital</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar o acesso à Internet para 25% dos domicílios brasileiros</li> <li>Garantir o acesso à Banda Larga a 100% das escolas públicas urbanas em 2010</li> <li>Dobrar a base instalada de computadores nos domicílios brasileiros</li> <li>Oferecer serviços de interatividade na TV Digital terrestre para área de cobertura de 30 milhões de domicílios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a capacidade instalada de Banda Larga (comunicações, ópticas, wireless e comunicações por rádio e satélite)</li> <li>Elevar investimento em inovação em tecnologias prioritárias</li> <li>Ampliar o acesso da população aos benefícios das TICs: banda larga, informática e TV Digital</li> <li>Ampliar o uso de TICs pelas MPEs</li> </ul>	<p>Casa Civil M.Comunicações MCT MDIC MPOG</p>

**Setor Tecnologia de Informação e Comunicação: Adensamento da Cadeia Produtiva**

*Estratégias: conquista de mercados, focalização.*

*Objetivo: reduzir o déficit comercial dos setores de TICs no Brasil.*

Situação Atual	Metas 2010	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do déficit comercial de equipamentos de TICs: US\$ 6,5 bilhões (2005), US\$ 8,7 bilhões (2006) e US\$ 11,45 bi (2007)</li> <li>Penetração de importações (importações/consumo aparente) em 2005: 40%</li> <li>Indústria de Equipamentos Eletrônicos: predominância de unidades de montagem com pouca agregação de partes, peças e componentes produzidos localmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a penetração de importações de TICs do complexo eletrônico: para 30 %</li> <li>Interromper a trajetória ascendente do déficit comercial do complexo eletrônico</li> </ul>	Ampliar a inovação, capacidade instalada e produção local de TICs (incluindo: partes, peças e componentes)	MDIC/MCT

**Programas Para Consolidar e Expandir a Liderança**

**Setor: Celulose, Mineração, Siderurgia**

*Estratégias: liderança mundial e Conquista de mercados.*

*Objetivo: consolidar a liderança competitiva por meio de ampliação do porte empresarial, aumento da capacitação tecnológica e fortalecimento das redes de logística e de fornecimento de insumos.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão do mercado internacional</li> <li>Investimentos em nova capacidade produtiva no país</li> <li>Porte empresarial e investimento tecnológico inferior aos líderes internacionais</li> <li>Acesso privilegiado a matérias-primas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter posição entre os 5 maiores produtores mundiais</li> <li>Aumentar investimentos em P&amp;D para 2% das vendas médias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Internacionalização empresarial</li> <li>Manter as exportações</li> <li>Fortalecimento tecnológico dos fornecedores de bens de capital</li> <li>Elevar o investimento em inovação: ênfase em eficiência energética e ambiental</li> <li>Fortalecer e expandir a infra-estrutura tecnológica</li> </ul>	MDIC

**Setor: Indústria Têxtil e Confeções**

*Estratégias: diferenciação, conquista de mercados, ampliação de acesso.*

*Objetivo: ampliar competitividade.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado interno em expansão</li> <li>• Déficit comercial a partir de 2006, após 5 anos de superávit (US\$ 648 milhões em 2007)</li> <li>• Brasil tem competitividade no algodão e aumentando participação em sintéticos</li> <li>• Incorporação recente da nanotecnologia na indústria têxtil mundial</li> <li>• Pequena participação brasileira no comércio internacional (60º lugar)</li> <li>• Baixo consumo de têxteis per capita, mas com grande potencial de expansão</li> <li>• Predominância de pequenas empresas com baixa qualificação técnica e gerencial</li> <li>• Forte informalidade no setor de confeções</li> </ul>	<p>Ampliar faturamento para US\$ 41,6 bilhões em 2010 (US\$ 33 bilhões em 2006)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modernizar estrutura produtiva e apoiar a consolidação empresarial</li> <li>• Desenvolver produtos com maior valor agregado</li> <li>• Expandir exportações</li> <li>• Combater práticas desleais de comércio</li> <li>• Fortalecer cadeia produtiva (segmento de MPEs)</li> </ul>	<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC</p>

**Setor: Carnes**

*Estratégias: Liderança mundial e conquista de mercados.*

*Objetivos: (i) Consolidar o Brasil como o maior exportador mundial de proteína animal; (ii) Fazer do Complexo Carnes o principal setor exportador do agronegócio brasileiro.*

Situação Atual	Metas	Desafios	Gestão do Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Brasil atualmente é o maior exportador mundial de proteína animal; 1º em carne bovina, 1º em frango e 4º em suínos</li> <li>• O Complexo Carnes é o segundo maior exportador do agronegócio brasileiro, ficando apenas atrás do Complexo Soja.</li> <li>• O País exportou US\$ 11,3 bilhões em carnes em 2007</li> <li>• Ameaças: Barreiras tarifárias e comerciais, sanitárias e sócio-ambientais; sanidade animal; infra-estrutura.</li> </ul>	<p>Exportar US\$ 14 bilhões em 2010</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o acesso a mercados; eliminação das barreiras comerciais</li> <li>• Melhorar o status sanitário da pecuária nacional</li> <li>• Modernizar e ampliar a infra-estrutura logística</li> <li>• Garantir o abastecim. de insumos para a prod. animal;</li> <li>• Aumentar o número de matrizes no rebanho</li> <li>• Agregar valor à carne exportada.</li> </ul>	<p>MDIC</p>